

O Enfraquecimento do Ocidente?

Quero colocar a questão: o que nos aconselharia Churchill nos dias de hoje?

TRADUÇÃO: **Ana Martins**

Aqui no Estoril, a memória de Winston Churchill mantém-se sempre luminosa, em grande parte graças ao meu amigo e companheiro de guerra, João Carlos Espada. Espero que o Professor Espada não se importe, portanto, que eu contemple o nosso tema através de um prisma churchiliano. Quero colocar a questão: o que nos aconselharia Churchill nos dias de hoje? Apesar de nunca ter estudado na universidade, muito menos ter escrito alguma obra de pensamento político, Churchill tinha ideias bem definidas acerca dos princípios que o Ocidente deveria defender. O seu biógrafo, o recém-falecido Sir Martin Gilbert, destilou estas ideias numa série de palestras na *British Academy* em 1980, mais tarde publicada como *Churchill's Political Philosophy* ("A Filosofia Política de Churchill"). Gilbert resumiu esta filosofia "extremamente simples" da seguinte forma: "Baseava-se na preservação e protecção da liberdade individual e de um modo de vida decente, se necessário com o apoio e poder do Estado; na protecção do indivíduo contra a utilização indevida do poder do Estado; na procura do compromisso político e do caminho intermédio, por forma a tanto manter como melhorar o quadro da democracia Parlamentar; na protecção de pequenos Estados contra a agressão dos Estados mais poderosos; e na ligação entre todos os Estados democráticos para se protegerem da maldição e calamidade da guerra."

Prometo examinar em que medida está o Ocidente a cumprir bem estes princípios churchilianos. Primeiro, estamos a fazer



POR
Daniel Johnson

Director de *StandPoint*,
Londres

o suficiente para proteger a liberdade e a prosperidade individuais, não apenas nos nossos países, mas pelo mundo fora? Segundo, quão bem estamos a preservar a democracia parlamentar contra os seus inimigos, dentro e fora de casa? Terceiro, é com vigor que defendemos pequenos estados e minorias sem estado contra a agressão da tirania e da ideologia? Quarto, estamos a manter as nossas organizações internacionais, especialmente a aliança atlântica, em bom estado para que o mundo livre possa não só impedir qualquer possível ataque mas inspirar esperança nos que a perderam? Finalmente, estará o Ocidente a perder a sua determinação para fazer tudo isto? Se está, porque está isto a acontecer – e o que se poderá fazer a respeito?

A liberdade do indivíduo tem estado e deve estar no coração da civilização Ocidental desde a sua origem bíblica e clássica. "Senhoras do Império, eu defendo a Liberdade," declarou Churchill no seu primeiríssimo discurso público, dado aos 19 anos quando era um cadete oficial em Sandhurst. As "senhoras do Império" eram, de facto, prostitutas e o jovem Winston estava na verdade a defender a sua liberdade de solicitar apreciadores de teatro que se encontravam à entrada do *Empire Theatre, Leicester Square*, contra as

Sociedades Vigilantes, ou "púdicos à solta", como os chamava. Tinham erigido barricadas fora do teatro, provocando um motim. Os púdicos queriam fechar o *Império* e "abolir o pecado por lei", enquanto Churchill e os "anti-púdicos" recusaram-se a "sacrificar a liberdade do sujeito" preferindo "um procedimento menos coercivo e mais moderado", nomeadamente "educando a mente do indivíduo e melhorando as condições sociais sob as quais vive". Sem saber que o seu pai, Lord Randolph Churchill, que o tinha introduzido aos prazeres dramáticos do Império, já estava a sofrer da sífilis que acabaria por matá-lo, Churchill observou que "a natureza faz justiça através de grandes e terríveis punições aos 'depravados e libertinos' – castigos bem maiores do que aqueles que algum Estado civilizado tem o poder de atribuir." Ele perdeu a batalha pelo Império, mas na guerra entre ideias libertárias e autoritárias, Churchill ficou quase sempre do lado do indivíduo contra o estado.

Uma rara excepção veio na Segunda Guerra Mundial: quando a França e a Grã Bretanha temiam invasão, Churchill autorizou a detenção de "estrangeiros inimigos" na Ilha de Man, muitos dos quais eram refugiados judeus dos Nazis. Churchill sabia-o perfeitamente bem. Numa das passagens menos celebradas do seu celebrado discurso de 4 de Junho, 1940, ele disse: "Sinto muito por eles, mas não podemos, neste momento e debaixo desta pressão, traçar todas as distinções que gostaríamos." Na altura, foi muito criticado na Câmara dos Comuns; é um tributo à democracia parlamentar britânica que a grande maioria dos detidos foram libertados dentro de um ano. No entanto,

ainda que tais medidas de emergência sejam justificáveis em tempo de guerra, é difícil imaginar os ingleses a suportar um estado de emergência em resposta a ataques terroristas, por mais terríveis que sejam, como o têm feito os Franceses desde Novembro de 2015. Os direitos do indivíduo, a liberdade de expressão e o estado de direito nunca devem, numa sociedade civilizada, ser abrogados indefinidamente por mera conveniência do estado. Medidas de contraterrorismo extraordinárias são por vezes necessárias em nome da segurança pública, mas devem ser proporcionais ao perigo e sempre sujeitas a fiscalização judicial. As democracias Ocidentais têm normalmente conseguido manter o equilíbrio certo entre liberdade e segurança, mas os povos anglófonos são ainda mais vigilantes que os nossos homólogos continentais.

Proteger liberdades individuais a uma escala global é, claro, muito mais difícil que fazê-lo em casa, mas igualmente vital para a nossa segurança a longo prazo. A crise de migração tem-nos recordado que a falta de prosperidade e liberdade de centenas de milhões de indivíduos na Ásia e em África pode ter um impacto directo na Europa e na América. O Ocidente deve promover os benefícios dos mercados livres regulados por leis imparciais, estabelecidas por autoridades que prestam contas às pessoas. É isto que o recém-falecido Michael Novak chamou de capitalismo democrático, que permanece o maior motor de crescimento que o mundo já viu. Em contrapartida, o capitalismo crony da Rússia, China e de muitos outros países onde a democracia ou não existe de todo ou é profundamente corrupta, tem muito menos legitimidade e é consequentemente mais precária. Igualdade perante a lei continua a ser uma condição prévia para a prosperidade, liberdade e uma sociedade civilizada. Na teologia moral católica, não é só o homicídio que brada por justiça aos céus, mas o grito dos povos oprimidos, escravos e trabalhadores explorados.

Indivíduos no Ocidente insistem que os nossos governos reconheçam o dever de usar o seu poder para influenciar e reduzir o sofrimento dos que são menos afortunados do que nós. Este dever não precisa tomar a forma de ajuda externa, mas precisa de intervenção nos casos de genocídio ou outros crimes contra a humanidade. No caso da Síria, por exemplo, o Ocidente demorou demasiado a reagir. Democracias podem não entrar em

guerra umas contra outras, mas tendem a esconder-se umas atrás das outras para evitar as suas obrigações humanitárias. Muitas têm receio de liderar, em vez de seguir, a opinião pública – desdenhosas e ignorantes como são do princípio de Edmund Burke segundo o qual os membros de parlamento devem representar eleitores e não ser os seus delegados. Democracia representativa não implica ignorar os desejos do eleitorado; implica oferecer liderança, tanto intelectual como prática, àqueles para quem a política é, na melhor das hipóteses, uma preocupação periférica.

Isto leva-me à segunda questão, a da preservação da democracia parlamentar. O ressurgimento do populismo na Europa e na América pode ser visto como um dado adquirido, mas o fenómeno escapa à definição. Talvez a melhor forma de distinguir entre demagogos populistas e líderes mais estadistas encontra-se nas suas atitudes em relação a instituições parlamentares. O triunfo presidencial de Emmanuel Macron sobre o populismo de Marine Le Pen em França foi seguida da sua menos comentada – mas na realidade ainda mais notável – vitória nas eleições para a Assembleia Nacional. A última foi aclamada como a maior “limpeza” dos parlamentares franceses desde 1914, que foi há duas repúblicas e uma ditadura

atrás. Mas o Presidente Macron prefere, alegadamente, comparar-se mais modestamente ao General de Gaulle, cuja Quinta República pretendia subordinar a legislatura ao executivo. Se eu fosse francês, estaria preocupado com um líder carismático que, tendo ganho a presidência com uma larga margem, depois preencheu a assembleia com as suas criaturas enquanto mantém a França em estado de emergência. Não é por nada que o nome de Napoleão é frequentemente invocado a propósito de Macron; mas a comparação relevante não é com o primeiro imperador com esse nome, mas com o seu sobrinho Louis Napoleon, que era apenas um ano mais velho que Macron quando foi eleito Presidente da França em 1848. Quatro anos mais tarde, Louis Napoleon tornou-se imperador após um golpe de estado. Bonapartismo, como ficou a nova ideologia apelidada por Marx, operou na base de uma fórmula extremamente bem-sucedida: populismo mais militarismo é igual a legitimidade. Macron não tem o prestígio militar de Napoleão ou de De Gaulle, mas ele também se apresenta como salvador da nação e da Europa. Macronismo, portanto, é populismo mais patriotismo mais Europeísmo. Nada disto tem que ver com democracia parlamentar e de facto poderá ameaçar a sua sobrevivência em França, especialmente no



Daniel Johnson

contexto do ataque terrorista e do estado de emergência, que se concretiza numa interrupção do estado de direito.

Tenho-me debruçado sobre o caso da França porque este ilustra com tanta vividez como o pânico massificado perante o populismo pode facilmente resultar numa cura pior que a doença. Populismo não é necessariamente uma ameaça à democracia parlamentar mas, quando aliada a um estado grande, a uma ameaça externa e a um judiciário que ou é supino ou parcial, o culto de personalidade e o movimento em massa podem sobrecarregar os procedimentos que normalmente circunscrevem o poder político. Os exemplos clássicos datam dos anos 20 e 30: A Itália de Mussolini, a Polónia de Pilsudski, a Áustria pré-Anschluss, a Espanha de Franco, o Portugal de Salazar e, claro, a República de Weimar. Mas também temos casos contemporâneos: a Turquia de Erdogan, as Filipinas de Duterte, a África do Sul de Zuma e sobretudo a Rússia de Putin. Para o caso dos europeus se considerarem imunes, eles que considerem o quão perto a Grécia chegou do colapso da democracia parlamentar. Quanto aos Estados Unidos: se por um lado os anúncios da morte da República Americana têm sido certamente exagerados, há, por outro, verdadeira razão para alarme. Os demónios que Obama libertou, ao usar o poder executivo e judicial para contrariar o Congresso a cada oportunidade, alcançaram a apoteose com Trump, que parece ter pouca noção das limitações constitucionais e, das suas, menos ainda. O facto de que Bernie Sanders esteve perto de eclipsar Hillary Clinton ilustra o quão facilmente pode a extrema-esquerda aproveitar-se das provocações dos conservadores para justificar as suas.

Depois há Jeremy Corbyn, a mais bem sucedida figura da Esquerda extra-parlamentar no Ocidente. O seu populismo de base leninista aumentou a participação eleitoral da faixa etária 18-25 de 43 por cento em 2015 para mais de 66 por cento em 2017. O efeito de tal campanha em Londres e outras cidades universitárias foi devastador para os Conservadores, que nem perceberam bem o que lhes aconteceu porque não tinham quaisquer meios de comunicação com os jovens. Enquanto os *Tories* se fiaram em folhetos e emails, Labour estava a inundar as redes sociais e até usou *bots* em *apps* de encontros como o *Tinder*. Por detrás da apresentação esperta e astuta de si próprio como um



Os direitos do indivíduo, a liberdade de expressão e o estado de direito nunca devem, numa sociedade civilizada, ser abrogados indefinidamente por mera conveniência do estado

“bad boy” insurgente, todavia, Corbyn e a sua facção permaneceram os marxistas de sangue-frio que sempre foram: só depois da eleição é que a fotografia do Corbyn sorridente apareceu flanqueado pelos seus tenentes, do Colégio de Winchester, da extrema esquerda: James Schneider da organização de juventude entrista Momentum e Seumas Milne, o antigo guru do Guardian que agora é o arquitecto da máquina de agitação e propaganda do Labour. Estas pessoas detestam o Ocidente e nós não devemos ter quaisquer ilusões acerca do que aconteceria se elas alguma vez ganharem poder real. Os continentais podem iludir-se pensando que depois do Brexit e do Trump, os “Anglo-Saxónicos” já não importam mais na aliança ocidental e podem portanto contemplar um tal golpe da extrema-Esquerda do outro lado do Canal da Mancha com equanimidade. A sugestão da história é outra.

O terceiro critério de Churchill requer que defendamos a independência de pequenos estados contra as depredações dos seus vizinhos maiores. Bons exemplos de tais intervenções foram as libertações do Kuwait de Saddam Hussein em 1991, da Bósnia e do Kosovo de Milosevic passados três anos. No último caso, poucas forças do Ocidente estiveram directamente envolvidas, com o resultado desta guerra civil por encomenda ter-se arrastado durante uns sete anos. Depois do nosso recente fracasso em impedir a agressão russa na Ucrânia, o Ocidente tem pouco

para se gabar em qualquer um dos casos. É verdade que a dissuasão ainda funciona a favor dos fracos contra os fortes. Mas a OTAN e a UE não conseguiram elevar o preço das tentativas por parte de Putin de aumentar a sua esfera de influência, ao mesmo tempo que noutras paragens os chineses, iranianos entre outros têm-na expandido impunemente. Entretanto a explosão de direitos humanos e de direito internacional, invocadas por ONGs que mobilizam o poder das imagens, têm pressionado governos Ocidentais mas, frequentemente, deixam regimes mais autoritários largamente sem escrutínio.

Na imprensa Ocidental, e especialmente nas redes sociais, é quase um artigo de fé que os Americanos e Europeus sejam simultaneamente implacáveis e mercenários. Numa frase que ressoa desde 1940, quando Michael Foot denunciou os autores do apaziguamento, nós somos os culpados. Somos alegadamente nós quem, em vez de protegermos a soberania dos pequenos estados, os invadimos, bombardeamos e coagimos. O Ocidente está, deste modo, enfraquecido, não só nas suas capacidades práticas – o que podemos fazer – mas na sua autoridade moral – quem somos. Poderemos chamar a este fenómeno masoquismo moral. É especialmente prevalente entre os novos e entre os seus educadores nas escolas e universidades. Há tratamentos para o masoquismo moral: ler e viajar abundantemente, em vez de literacia virtual e mobilidade online, por exemplo. Mas não há cura. Muitos académicos passam uma vida inteira a ensinar e a escrever como se o Ocidente fosse a fonte de todo o mal e pouco mais.

Um exemplo de masoquismo moral: no último número do jornal de renome *Commentaire*, o filósofo francês Alain Finkielkraut castiga o *Histoire mondiale de la France* [A História global de França], um ambicioso trabalho de colaboração que foi recebido com entusiasmo pela intelligentsia francesa. Para Finkielkraut, pelo contrário, este “breviário de correcção e submissão políticas” é uma negação da cultura francesa, um acanhamento preventivo perante o Islão que “substitui identidade com dívida”. A fraudulência deste pseudo-cosmopolitismo é revelada pelo fracasso dos autores em mencionar imigrantes europeus que têm enriquecido a cultura francesa, em favor dos modelos muçulmanos a seguir, tais como a multiétnica equipa de futebol francesa que venceu a Copa do Mundo de 1998. Esta “história global” ignora

quase todos os grandes escritores, artistas e compositores franceses; um dos poucos que menciona, Balzac, é repreendido pelo seu nacionalismo cultural. É impossível que os imigrantes se identifiquem com a civilização francesa cuja especificidade é negada pela elite académica, desesperada por resolver a “crise do viver em conjunto”. “*Quelle misere!*” exclama Finkielkraut, como seria de esperar.

E então a Aliança Atlântica, que foi o legado mais importante de Churchill? Será provável que deixemos esta preciosa ligação à nossa posterioridade? Enquanto falamos, o Presidente Trump está a declarar o seu compromisso com a OTAN, ao seu Artigo Quinto em particular que requer que a aliança auxilie qualquer um dos seus membros sob ataque, desde que seja cumprida a condição de todos os outros estados contribuírem com um mínimo de dois por cento do PIB para a defesa. Para conceber o quão prejudicial esta mudança política pode vir a ser, poder-se-á recordar o lema d’*Os Três Mosqueteiros* por Alexandre Dumas: “Todos por um, e um por todos.” Supondo que D’Artagnan tivesse dito a Athos, Porthos e Aramis: “Mas eu sou o mais novo, esperto e corajoso da nossa irmandade. Não irei arriscar a minha vida a menos que a vossa capacidade de dotes de duelo ascenda ao nível dos meus.” Alguém pensa que o famoso pacto teria durado tanto?

Mas a falta não está apenas do lado americano, nem é exclusivamente obra de Trump. Líderes europeus, especialmente na esquerda, têm explorado a sua impopularidade e um certo anti-americanismo latente tem regressado à tona d’água. Dar à UE uma dimensão militar sempre foi má ideia; se tal força europeia viesse a operar independentemente da OTAN, poderia levar as já insuficientes capacidades de dissuasão da aliança ao ponto de ruptura. Mas é precisamente isto que está a ser seriamente proposto em Bruxelas, Paris e Berlim. Pior, Angela Merkel tem estado a solicitar apoio, numa tentativa de isolar Trump na questão das alterações ambientais. Não só é improvável que isto se suceda – Justin Trudeau do Canadá já resguardou as suas apostas – mas até no caso em que uma coligação entre os que estão dispostos, liderada pela Alemanha, fosse deixar de fora a administração Trump, que vitória pírrica que isso seria.

A Europa sempre precisou dos Estados Unidos muito mais do que o contrário, como demonstra a história do último século. Se duas guerras mundiais e a Guerra Fria não fossem o suficiente para convencer a Europa que é um perigo para si mesma sem uma

forte presença americana, será que os actuais perigos colocados pela Rússia de Putin e pelo terrorismo islâmico serão suficientes?

De tudo o que foi dito, deve ficar claro que neste nosso século XXI tem havido, conjuntamente com um crescimento sem precedente em prosperidade global e alívio da pobreza, ambos graças à expansão de valores ocidentais, um enfraquecimento da determinação do Ocidente na sua própria defesa, como na dos seus valores. Esse enfraquecimento da determinação não está a ocorrer, deve notar-se, pela primeira vez. É verdade que enfrentamos adversários usando uma nova e alarmante espécie de métodos. Mas isso também já aconteceu antes. Porque é que, então, parecemos incapazes de aprender com a nossa própria história recente?



A sobrevivência da civilização ocidental irá depender da força das suas fortificações intelectuais: por exemplo, ao fazer a defesa económica do mercado livre e a defesa estratégica da reconstrução das forças militares da aliança atlântica

Regressemos a Churchill. Em Maio de 1939, a Câmara dos Comuns estava a debater a Palestina. Churchill – já justificado pelas suas denúncias da política de apaziguamento, que ele entendeu ser uma traição aos Checos, pela ocupação alemã de Praga – voltara agora a sua atenção para a traição aos Judeus, muitos dos quais fugiam da ameaça Nazi, estabelecidos na Palestina com base na promessa feita pelos ingleses na Declaração de Balfour. Aos olhos de Churchill, essa promessa teria sido quebrada se os ingleses tivessem cedido ao terrorismo árabe. “Jamais foi a necessidade de fidelidade e firmeza mais urgente do que agora. Vocês não irão fundar e forjar as fundações de uma grande aliança para resistir à agressão, a não ser mostrando exemplos continuados da vossa firmeza em levar a cabo, mesmo sob dificuldades, e quando essas dificuldades são mais onerosas, as obrigações que firmaram.”

Este discurso tipicamente intransigente é especialmente citável agora, à medida que nos aproximamos do centenário da Declaração de Balfour – aquele grande acto de estadismo que representou o melhor do Ocidente. Hoje, tal como nos anos 30, temos de cumprir as nossas obrigações, não só perante o povo Judeu, mas perante outros ameaçados por agressão e intolerância. A nossa fidelidade aos nossos princípios irá determinar o quão cedo o Ocidente irá recuperar do seu presente estado enfraquecido. A sobrevivência da civilização ocidental irá depender da força das suas fortificações intelectuais: por exemplo, ao fazer a defesa económica do mercado livre e a defesa estratégica da reconstrução das forças militares da aliança atlântica. Mas depender dos pensadores do passado não basta: temos de construir sobre os alicerces que eles lançaram, mas com uma arquitectura nova e arrojada que pode inspirar os novos a emular as aspirações dos seus antepassados. Isto é uma tarefa colossal e ingrata – como sei ao senti-la na pele, tendo-lhe dedicado a passada década da minha vida. Até Churchill sucumbiu à depressão, o seu “cão negro”, em momentos, tal como quando escreveu Beaverbrook em 1928: “Impossível de se ensinar desde a infância ao túmulo – aí está a primeira e principal característica da humanidade.” Uma reunião como esta no Estoril, todavia, restaura a minha fé no futuro da humanidade. Em lado algum poder-se-ia encontrar uma audiência mais receptiva: maioritariamente nova, com vontade de aprender, e aberta a esta mensagem. É uma mensagem, apesar de todas as nossas adversidades, acima de tudo, de esperança. Nas vossas mãos, meus amigos, eu deixo a defesa da civilização Ocidental! ■